



Decisão 03496/2021-1 - 1ª Câmara

Processo: 01479/2018-9

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Reserva

UG: IPAJM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Estado do Espírito Santo

Relator: Márcia Jaccoud Freitas

Interessado: AGUINALDO LOPES RIBEIRO

ATOS SUJEITOS A REGISTRO – RESERVA REMUNERADA – REGISTRO – DETERMINAÇÃO – ARQUIVAMENTO.

Cumpridos os requisitos legais e constitucionais para a concessão da reserva remunerada, o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

A RELATORA EXMA SR. CONSELHEIRA SUBSTITUTA MÁRCIA JACCOUD FREITAS:

Tratam os presentes autos de **TRANSFERÊNCIA “EX-OFFICIO” PARA RESERVA REMUNERADA** do 2º SARGENTO PM **AGUINALDO LOPES RIBEIRO**, por meio da **PORTARIA N.º 2386/2017**, que concede o benefício ao militar em tela a partir de **14/10/2016**, com base no **art. 87, c/c o inciso II do art. 48 da Lei 3.196/78**, ambos com novas redações dadas respectivamente pelo **art. 1º da Lei 3.446/81** e pelo **art. 1º da Lei 4.010/87**, e conceder o adicional de inatividade no percentual de **15%**, de acordo com o **art. 95, inciso I da Lei 2.701/72**, alterado pelo **art. 3º da Lei 3.973/87**.

O tempo de serviço considerado para fins de transferência totaliza 31 anos, 07 meses e 20 dias. Os proventos foram fixados no valor de **R\$ 4.277,01**.

Por meio da **Instrução Técnica Conclusiva n.º 04130/2021-5**, a área técnica sugere o registro. O **Ministério Público de Contas**, por meio do **Parecer n.º 05031/2021-9**, de lavra do Procurador Luis Henrique Anastácio da Silva, manifestou-se no mesmo sentido, opinando pelo registro do ato.

Ante o exposto, acompanhando a área técnica e o Ministério público de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação.

Em 27 de outubro de 2021.

MÁRCIA JACCOUD FREITAS

Relatora

1. DECISÃO TC- 3496/2021-1

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

1.1. REGISTRAR a PORTARIA N.º 2386/2017, que concede a transferência “ex-officio” para reserva remunerada ao Sr. **AGUINALDO LOPES RIBEIRO**, a contar de **14/10/2016**, com proventos fixados em **R\$ 4.277,01**;

1.2. DETERMINAR ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** que instrua o processo do interessado com cópia da respectiva decisão de registro; e,

1.3. ARQUIVAR os presentes autos após o transito em julgado.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 05/11/2021 – 52ª Sessão Ordinária da 1ª Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Rodrigo Coelho Do Carmo.

4.2. Conselheiro Substituto: Márcia Jaccoud Freitas (relatora).

5. Membro do Ministério Público de Contas: Heron Carlos Gomes de Oliveira.

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Presidente